

Ensaio de História da Administração

M. PIO CORRÊA JR.

VII — UM MINISTÉRIO EM FRANÇA DURANTE A REVOLUÇÃO

DOS seis Ministérios pelos quais se dividiam os encargos da Administração Pública em França durante a Revolução, seguramente aquele que se viu obrigado a enfrentar as tarefas mais espinhosas, as responsabilidades mais pesadas, foi o Ministério da Guerra. Incumbido de assegurar a defesa do país contra os exércitos da Europa inteira, de conter o invasor que se apresentava em tôdas as fronteiras, de dominar a rebelião armada que se alastrava a um têrço do território nacional, o Ministério da Guerra viu-se obrigado a fazer prodígios diários para assegurar o recrutamento, o repletamento, a instrução, o armamento, o aprovisionamento em víveres, forragem, fardamento, equipamento, munição e cavallada de quatorze exércitos, oferecendo, em linha, o efetivo total de mais de um milhão de homens, cifra espantosa para uma época que até então nunca vira senão os pequenos exércitos profissionais de algumas dezenas de milhares de homens que haviam bastado ao grande Frederico, ao Marechal de Saxe, ao Príncipe Eugênio de Savoia e a todos os grandes capitães do século. O Rei de França em pessoa, lançando mão praticamente da totalidade das forças disponíveis no Reino, inclusive todos os Corpos da Casa Militar e da Guarda Real, leva ao campo de batalha de Fontenoy 75.000 homens; em 1756 êle poderá pensar em mobilizar 100.000, o exército russo, na mesma época, será calculado em 110.000; o exército austríaco, depois de sua reorganização pelos Marechais Daun e Lascy, atingirá um efetivo teórico de 130.000 homens; o exército prussiano alcançará, no apogeu do poderío militar de Frederico II e depois da reorganização por que passára em 1748, 147.000 homens; os 400.000 homens do exército otomano eram considerados na Europa como algo de fabuloso, massa informe e inútil, inapropriada às operações regulares e às manobras clássicas, "menos perigosa para o inimigo do que para o próprio Império".

Estava reservado ao Governo revolucionário o feito, prodigioso para o país e para a época (basta considerar a dificuldade que teríamos nós, com o dôbro da população e em todos os recursos da civilização moderna, em reproduzi-lo no Brasil neste mesmo momento), de ultrapassar a cifra

de um milhão de homens presentes nas fileiras, expandindo bruscamente a essas proporções gigantesca o pequeno exército profissional da Monarquia.

Todo êsse esforço vai recair, em suma, sôbre as repartições do Ministério da Guerra: êle vai ser considerável. O princípio da Revolução encontra o Exército regular com um *deficit* de 51.000 homens sôbre o seu efetivo teórico de 150.000. Êsse *deficit* vai logo aumentar com o licenciamento dos 11 regimentos suíços de infantaria, mais tarde com a deserção para o inimigo de cerca de 6.000 oficiais sôbre 9.000 e de Regimentos inteiros (88.º de Infantaria, 15.º de Cavalaria, 1.º e 4.º de Hussardos). Pior que isso: as fortificações das fronteiras do Norte, Nordeste e Leste achavam-se em péssimo estado de conservação; o arsenal de Charleville, planejado para fabricar 25.000 fuzis por ano, produzia, apenas 5.000. Faltava armamento, munição, equipamento, mesmo para êsse pequeno exército: como fazer para armar, municiar, abastecer, instruir e manter em linha de combate um milhão de homens?

O milagre foi feito por um punhado de burocratas nas repartições do Ministério da Guerra. Quem eram êsses homens, quantos eram, como e onde trabalhavam? E' o que valeria talvez a pena passar rapidamente em revista.

Em 1789, bem entendido, o Ministério da Guerra não funciona em Paris, e sim em Versailles, junto à Côte, onde êle ocupa um magnífico palacete, construído por um funcionário da casa, o engenheiro Jean-Baptiste Berthier, Diretor do Serviço Geográfico Militar: cujo filho mais velho, Alexandre, nascido durante os trabalhos de construção do edifício, seria por sua vez Ministro da Guerra, se chamaria um dia o Príncipe de Neufchatel e de Wagram, e seria o braço direito de Napoleão na qualidade de seu Chefe de Estado-Maior em tôdas as campanhas do Império.

O belo palacete de Versailles era habitado, nas horas de expediente, por 143 funcionários, número fixado pelo Quadro anexo ao Regulamento da Secretaria da Guerra, baixado em 27 de junho de 1776 pelo então Ministro, Conde de Saint-Germain. Êsse pessoal se dividia por oito repartições, a saber:

- 1.º — Diretoria da Contabilidade e Serviço de Fundos.
- 2.º — Diretoria do Pessoal.

- 3.º — Diretoria das Armas, do Ensino Militar e da Remonta.
- 4.º — Diretoria da Artilharia e Fortificações.
- 5.º — Diretoria da Correspondência, à qual se achava subordinada a Justiça Militar.
- 6.º — Diretoria da Intendência e Saúde.
- 7.º — Secretaria da Guerra, funcionando como Gabinete do Ministro.
- 8.º — Serviço Geográfico Militar.

Os 143 funcionários que guarneciam essas oito repartições constituíam um corpo estável, competente, e, em conjunto, dedicado de corpo e alma ao Serviço de Sua Majestade. Para isso tinham, aliás, boas razões: não só o Serviço do Rei conferia uma dignidade considerável, graças à qual simples funcionários, filhos de obscuros burgueses provincianos, adquiriam uma posição social de certo destaque, como ainda êle era relativamente bem pago, e sobretudo oferecia sérias garantias de estabilidade. Um Chefe de Seção do Ministério da Guerra, percebia, em 1789, 15.000 francos por ano, que equivaleriam, em poder aquisitivo, a 225.000 francos Poincaré, ou sejam mais de 2 milhões de francos de hoje. Os Subchefes de Seção percebiam 5.000 francos, os primeiros oficiais 2.000 francos, os segundos oficiais 1.200 francos, e os praticantes 600. Êsses vencimentos eram, portanto, bastante elevados para uma época em que um fidalgo, como o Marquez de Ferrières, Deputado aos Estados Gerais, abastado proprietário rural, comia por 4 francos por dia, alugava um elegante apartamento mobiliado por 140 francos por mês, e, sendo caridoso, gastava 48 francos para vestir, dos pés à cabeça, quatro crianças pobres. Um estudante podia comer, na mesma época, por 1 franco e meio por dia.

Além de seus vencimentos, aliás, os funcionários da Guerra se beneficiavam freqüentemente da generosidade do Estado: doenças, viagens, casamentos, falecimento de pessoas da família, eram outros tantos pretextos para obter gratificações bastante consideráveis. Cada funcionário que se casava costumava perceber, mediante requerimento instruído com a certidão de casamento, 1.200 francos de ajuda de custo para instalação. O falecimento de um parente próximo ocasionava o pagamento de 400 francos. Um funcionário recebe 300 francos de auxílio para tratamento de saúde mais ou menos Cr\$ 4.500,00 de nossa moeda. Outro, 600 francos para instalação, visto ser obrigado a tomar um apartamento maior, dado o acréscimo de sua família. Outro ainda, reclama e obtém 300 francos de indenização pela perda de suas bagagens, no incêndio de uma estalagem onde pousava, embora não se achasse viajando a serviço.

Êsses funcionários eram, portanto, bem remunerados; a serviço do Estado êles podiam adquirir, não só uma consideração social muito apreciável, como ainda a estabilidade econômica e mesmo uma fortuna muito confortável: o sogro de Camille Desmoulins, por exemplo, filho de um ferreiro de aldeia chamado Laridon, chega a ser Oficial-Maior do Ministério da Fazenda,

faz-se chamar "Monsieur Laridon-Duplessis" e logo "Monsieur Duplessis" (o que é evidentemente mais harmonioso do que "Laridon"), habita um excelente apartamento, em Paris, possui uma bela herdade em Bourg-la Reine, e dará 100.000 francos de dote a sua filha, a essa encantadora Lucille cuja morte foi talvez o mais doloroso dos dramas da Revolução.

Cercados de tantas garantias, assegurados de uma confortável aposentadoria pelo Regulamento de 27 de julho de 1776, os funcionários do Ministério da Guerra parecem ter tido, de um modo geral, uma alta noção de dignidade de suas funções, bem como de seus deveres para com o Estado. Em compensação, os seus sentimentos revolucionários eram dos mais tíbios, e durante anos, mais exatamente até a nomeação do Ministro Pache, em outubro de 1792, pôde-se dizer do Ministério da Guerra o que se dizia no Brasil, há alguns anos, de certa Secretaria de Estado: que ali a Revolução não havia entrado...

O Ministro que se achava em funções no princípio de 1789, o Tenente General Conde de Puysegur, cede a pasta, dois dias antes da queda da Bastilha, ao Marechal de Broglie, idoso ferrabraz, que o canhoneio de 14 de julho afugenta. A êste, depois da interinidade de Saint-Priest (cujo filho seria Ministro de França no Rio de Janeiro), sucede em 4 de agosto o Tenente-General Conde de La Tour du Pin, que inaugura o regime "constitucional" da vida do Ministério, isto é, as suas relações praticamente de subordinação à recém-criada Comissão de Assuntos Militares da Assembléia Constituinte, pois as Comissões da Assembléia começam desde essa data a assumir um caráter nitidamente executivo. Êsse caráter poderia ter criado para os Ministros, e efetivamente criou muitas vezes, uma posição dúbia e esquerda, e uma sensível diminuição de sua autoridade. O Ministério da Guerra, porém, beneficiou, de início, de circunstâncias excepcionais.

A "sua" Comissão, a de Assuntos Militares, era composta de modo a não criar especiais dificuldades ao Ministro. Dos seus dezesseis membros, com efeito, *um só* nunca foi militar, é Emmerly, advogado de Metz, natural aliás dessa fronteira lorena onde as populações civis, então como hoje, viviam em íntimo convívio com as tropas da guarnição. Emmerly, freqüentador assíduo do palacete do Comandante das Armas da Província, não era exceção à regra. Dos outros quinze membros, doze serviam no Exército ativo, os três restantes eram antigos oficiais, inclusive o fogoso Marquez de Mirabeau, ex-capitão de Dragões.

Entre os membros da Comissão, encontramos um Tenente General, o Conde de Egmont-Pignatelly, de uma ilustre casa fidalga dos Países-Baixos, e sete Brigadeiros, entre os quais Wimpfen, que vai desempenhar freqüentemente as funções de relator, e é um velho *habitué* do Gabinete de todos os sucessivos Ministros da Guerra, desde o tempo de Saint-Germain, de quem era íntimo.

Dos demais, um só, o Coronel Dubois Crancé de Balham, era susceptível de criar dificuldades ao Ministério, mas igualmente capaz, por outro lado, de colaborar útilmente com êle, graças à sua inegável competência em assuntos militares. A "oposição", representada por êle, por Alexandre de Lameth e pelo Visconde de Noailles (ambos êstes Coroneis de Cavalaria) não foi, no início, de natureza a opôr embaraços sérios à ação do Ministro da Guerra e de seus subordinados. As próprias desordens do ano de 1790, culminando com a insurreição de Nancy, não iriam perturbar essa harmonia, e as várias medidas tomadas nesse ano, relativamente à reorganização do Exército, resultaram de um comum acôrdo entre o Ministério e a Comissão, no seio da qual o Capitão de Engenharia Bureaux de Pusy soube se fazer um excelente intérprete dos pontos de vista da Secretaria de Estado. Nas repartições e no pessoal desta última, em todo o caso, não foi esboçada nem proposta qualquer reforma.

Responsabilizado pela indisciplina das tropas, La Tour du Pin demite-se em novembro de 1790, o seu sucessor é o Brigadeiro Lebègue Duportail, escolhido a título de concessão à oposição, como homem de La Fayette, sob cujas ordens havia feito a campanha da Independência dos Estados Unidos. Oficial saído da arma de Engenharia, a mais "democrata" do Exército, ligado ao partido constitucional, tudo indica que Duportail foi conscienciosamente "sabotado" pelo seu funcionalismo, que o sente estranho às tradições e à mentalidade da Casa. Demitido em fins de 1791, o seu sucessor é o Conde de Narbonne-Lara, Brigadeiro, homem com ligações em vários partidos, mas, no fundo, conservador e cortês nato e por essa altura amante de Madame de Staël, influente então no mundo político. Sua gestão, que se anunciava bastante enérgica, cessa ao fim de três meses e durante o ano de 1792 os Ministros vão se suceder com espantosa rapidez. Depois de Narbonne vem o Marquez de Grave, que só dura dois meses; em seguida Servan de Gerbey, que se demora um mês na pasta, apenas o bastante para oficializar a "Marselheza" como o hino da Vitória nos exércitos de França; logo vem Dumouriez, que troca a pasta das Relações Exteriores pela Guerra, ao reconstituir o Gabinete depois da queda de Roland, para ser demitido três dias depois. O Coronel Lajard demora-se um mês; quinze dias depois, a jornada de 10 de agosto derruba, com a Monarquia, o seu último Ministro da Guerra, D'Abancourt.

Nenhum desses efêmeros Ministros, bem entendido, podia em tão curto espaço de tempo, e cercado por tais circunstâncias, fazer obra administrativa de grande alcance. O pobre De Grave, em particular, achava-se em tal estado de espírito, nos últimos dias de sua gestão, que já não sabia que pôsto ocupava, e assinava-se "De Grave, Prefeito de Paris"!

Enquanto isso, porém, o Ministério funciona. Funciona mal, diz Dumouriez, que durante os três

dias que ali permanece redige um relatório pessimista, queixando-se da lentidão dos trâmites administrativos, da ineficiência dos serviços e da desonestidade das operações de compra de cavalaria. Mas funciona: mesmo nos últimos dias do Governo monárquico, com os federados marselezes já dentro de Paris e a República às portas, D'Abancourt, nas duas semanas de sua gestão, pode fornecer pontualmente aos Distritos de Paris o meio milhão de cartuchos que estes lhe requisitam. Ao mesmo tempo, o Ministério assegura a mobilização e incorporação das duas levadas sucessivas de conscritos, decretadas em 1791 e em 1792.

Evidentemente, uma certa desorganização era inevitável em época tão perturbada; e, de fato, dos 169 batalhões cuja mobilização fôra decretada para 1791, apenas 83 haviam sido formados quando da decretação da leva do ano seguinte, fixada em 45 batalhões com efetivo de 800 homens. A necessidade de completar simultaneamente a mobilização do contingente do ano anterior, e de elevar de 574 para 800 homens o efetivo dos batalhões de 1791, criou uma certa confusão, que se estendia necessariamente a todos os setores da administração militar; mas, apesar de tôdas as dificuldades, e sobretudo das que eram criadas por motivos políticos, pelo plenário da Assembléia, apesar da "sabotagem" deliberada de muitos generais reacionários às medidas ordenadas pelo Governo, a mobilização foi efetuada e completada, com atraso que foi devido principalmente à dependência do voluntariado (pois o contingente de 1791) foi composto exclusivamente de voluntários), e que não ultrapassou, no pior dos casos, seis a sete meses: os últimos batalhões do contingente de 91 foram completados em julho de 1792, ainda antes da queda da Monarquia.

Não era culpa do Ministério se, em Paris, o voluntariado não dava para formar mais de 3 batalhões dos 6 que tocava à Capital fornecer; mas, apesar de tudo, através todo o território, êle cumpriu satisfatoriamente a tarefa de recompletar as unidades do Exército de linha, de recrutar, armar, concentrar, uniformizar, alimentar e dirigir para as frentes de combate 262 batalhões de voluntários, além de 54 companhias independentes, e 9 baterias de artilharia a cavalo, além de outros corpos de menor importância.

Era imenso o esforço administrativo que tudo isso representava, sobretudo em um país convulsionado por uma violenta agitação política. Ora, é inegável que a Administração da Guerra mostrou-se à altura dessa esmagadora tarefa.

O próprio Dumouriez, no seu relatório já citado, não pôde deixar de prestar homenagem aos serviços de subsistência e de transporte. E' que os transitórios Ministros tinham a seu lado velhos funcionários de uma capacidade, de um zelo, e mesmo de uma probidade a toda prova; Claude Petiet, que devia se tornar por sua vez Ministro da Guerra no ano IV, e conservar a pasta até o golpe de Estado de 18 de Fructidor; Petitjean, que à competência profissional aliava a bra-

vura pessoal, e seguirá para o *front* com o Corpo ao mando do General Chazot, a tempo de participar na batalha de Valmy, depois da qual ele prosseguiria a campanha junto à vanguarda do Exército, com o General Beurnonville; Boyer, a quem tocava a tarefa de abastecer em forragem os 72 Regimentos de Cavalaria do Exército, os 7 Regimentos de Artilharia, fora o Serviço do Trem e os esquadrões isolados que se vinham organizando mais ou menos espontaneamente, e pelo menos 30 esquadrões de polícia montada; Malus, a cujas altas qualidades o pessimista Dumouriez foi forçado a prodigar os maiores elogios.

O fato é que, até a proclamação da República, os quadros e organização do Ministério não sofreram sensível alteração. Em compensação, o Ministro Pache vai revolucionar profundamente a Secretaria de Estado.

Servan, Ministro da Guerra pela segunda vez no Conselho Executivo de 10 de agosto, estavam demasiado incompatibilizado com Dumouriez para conservar muito tempo a pasta: em outubro esta passa às mãos de Pache: novo Ministro muito diferente dos generais que o haviam precedido. Pache não era suíço, como pretendiam vários historiadores e sim natural de Verdun, eterno baluarte militar da França. Antigo funcionário do Ministério da Marinha, onde atingira uma alta hierarquia, Roland o havia tomado como adjunto no Ministério da Justiça, de onde ele passara para o Gabinete de Servan no Ministério da Guerra. Quando da demissão de seu Chefe Roland, que conservara a melhor impressão das qualidades de administrador de Pache, instára vivamente com este para que aceitasse a pasta.

Cedendo a essas instâncias, Pache assume a direção do Ministério e logo faz sentir a sua ação por uma reforma tão radical quanto inesperada, que atinge todos os setores da organização e tôdas as categorias do pessoal. Para começar (e aí lhe dará razão a moderna técnica), ele divide a Secretaria de Estado em dois grandes setores: Pessoal e Material. À frente da nova Diretoria-Geral do Pessoal ele coloca um funcionário obscuro, Sponville; chefeará a Diretoria-Geral do Material o grande químico Hassenfratz, discípulo dileto de Lavoisier. Imbuído, porém, da necessidade de confiar as tarefas da administração da Guerra a homens penetrados da mentalidade revolucionária e partidários insuspeitos do novo Governo, Pache vai se privar dos serviços de um grande número de funcionários antigos e experimentados, mas suspeitos de simpatias pelo regime deposto e preencher os claros com homens (e até mulheres) recomendados antes pelos seus sentimentos republicanos e patrióticos do que pela sua capacidade administrativa. Assim, por exemplo, ele nomeia Secretário-Geral do Ministério, com os vencimentos muito substanciais de 19.000 francos por ano, Xavier Audouin, um antigo sacerdote conquistado pela Revolução e por Mademoiselle Pache, e que se tornaria seu genro alguns meses depois. Para o preenchimento das numerosas vagas criadas

nos quadros pela "epuração" dos elementos suspeitos, o Ministro solicita as indicações dos membros da Convenção: as recomendações não faltam, e em fins de novembro de 1792 todos os claros estão preenchidos por "*sans-culottes*" de um civismo e de ortodoxia política a tôda prova.

Mas Pache, vivamente hostilizado pelos próprios Girondinos que o haviam levado ao poder, também não se demora na pasta. O artigo 1.º do Decreto de 2 de fevereiro de 1793, que reorganiza os serviços do Ministério da Guerra, determina como medida preliminar a substituição do Ministro, e já será Beurnonville, e não Pache, quem vai aplicar êsse Decreto, modificado pelas disposições complementares de 6 de fevereiro.

O Decreto em questão dá ao Ministro da Guerra seis Adjuntos, cada um dos quais chefeará uma das seis Divisões que passam a compor a Secretaria de Estado da Guerra. Êsses seis Adjuntos são nomeados pelo Ministro, mas sua nomeação e destituição deverão ser ratificadas pelo Conselho Executivo, perante o qual são eles responsáveis. A repartição das atribuições passa a ser feita como segue:

1.ª Divisão — Pagamento do pessoal civil e militar de qualquer hierarquia, à exceção do pertencente às armas de Artilharia e Engenharia.

2.ª Divisão — Viveres, forragem, fardamento, alojamento, saúde, veterinária, remonta e trem.

3.ª Divisão — Artilharia, praças de guerra e fortificações.

4.ª Divisão — Disciplina e justiça, polícia militar, legislação militar.

5.ª Divisão — Operações, correspondência com os Comandos, movimento de tropas, re completamento.

6.ª Divisão — Pessoal, nomeações, promoções, transferências, licenças, reforma, ensino militar.

Mas Beurnonville, secretamente contrário ao regime, tendo aderido à República contra os Bourbons, como mais tarde ele aderirá ao Império contra a República e à Monarquia contra o Império, expulsa a quase totalidade dos funcionários da confiança de Pache e do Governo, para admitir outros tantos contra-revolucionários, entre os quais, é verdade, alguns antigos e bons servidores demitidos pela Administração anterior, que o novo Ministro acusava de haver desorganizado inteiramente os serviços, acusação que se dirigia especialmente ao Secretário-Geral, êsse Xavier Audouin que (detalhe curioso) seria pouco mais tarde o chefe do destacamento policial que capturou Madame Du Barry. E, efetivamente, a "modernização" do Ministério sob a gestão Pache parece ter sido um tanto rápida e radical: a teoria de Hassenfratz, por exemplo, sendo que, para ganhar a guerra, seria bastante colocar plebeus à frente dos Exércitos; e o Diretor-Geral do Material aconselhou vivamente o seu colega do Pessoal a propor, para substituir Dumouriez no comando do Exército do Norte, o próprio criado de quarto do General, um pobre diabo chamado Baptiste Renard, que, depois de conhecer um instante de

celebridade e de glória, graças a um brilhante feito d'armas durante a batalha de Jemmappes, iria morrer esquecido e na mais negra miséria.

Não era, porém, tão fácil substituir Dumouriez: Pache não o tentou fazer, e o seu sucessor Beurnonville, que se dirige em pessoa ao Quartel General do Exército do Norte, é preso e entregue ao inimigo pelo General traidor. Vagando assim, de modo inesperado, a pasta da Guerra, a Convenção elege, para assumi-la, um simples Tenente-Coronel de Hussardos: Jean Baptiste Bouchotte, que se encontrava então no *front* e que toma posse em 10 de abril de 1793. O primeiro ato do novo Ministro será o de demitir os altos funcionários nomeados por seu predecessor, e readmitir os demitidos por êle.

Bouchotte será o último Ministro da Guerra da primeira fase da Revolução, isto é, da Revolução propriamente dita: depois dêle, o próximo titular só assumirá a pasta em 14 de Brumário do ano IV, isto é, em 5 de novembro de 1795, e já então o Diretório haverá substituído a tonitruante e gloriosa Convenção. Por isso, vale a pena, talvez, para encerrar êste breve estudo, passar em revista mais detalhadamente o Ministério da Guerra tal como o organiza Bouchotte.

O contraste é grande com a serena e aristocrática Secretaria de Estado que conhecemos em Versailles, confortavelmente instalada em um magnífico palacete. Quando o Rei se havia transportado para Paris, em 6 de outubro de 1789, o Ministério da Guerra o havia acompanhado, instalando-se em um velho casarão, sito à rua Grange-Batelière, e que havia pertencido, muito apropriadamente, ao antigo Ministro, Duque de Choiseul. De toda evidência, porém, a instalação em Paris era considerada como provisória, tanto assim que só em maio de 1793, quase quatro anos mais tarde, a Administração se resigna a fazer transferir de Versailles os Arquivos da Guerra. Na mesma época, o Ministério, hipertrofiado, transbordava a sua 3.^a Divisão para o prédio da antiga Embaixada alemã, no Boulevard Montmartre, aos fundos, portanto, do edifício principal. Imediatamente contíguo a êste último erguia-se um dos antigos quartéis da extinta Guarda-Suíça: vasto edifício de quatro andares, que foi por sua vez ocupado, parte pelos Arquivos da Guerra, parte pelo Serviço de Saúde parte pelos serviços incumbidos de receber a apresentação de militares em trânsito e fornecer-lhes assistência. Breve a 2.^a Divisão vai emigrar por sua vez para o antigo palacete dos Duques de Uzès, na Rue Montmartre, enquanto que a 1.^a Divisão troca com a 3.^a, passando a ocupar, em lugar desta, o edifício da ex-Embaixada alemã (que ainda existe, sendo hoje, salvo engano, o n.º 16 do Boulevard Montmartre). Finalmente, diversos Serviços vão se instalar isoladamente em diferentes locais, ocupando, dez outros prédios, ou seja um total de quatorze edifícios para todo o Ministério. O número de funcionários, que era de 143 em Versailles, passara a 453 no início da administração

de Bouchotte. Êle se elevará a cêrca de 1.800 um ano depois.

Como se estrutura, neste ano terrível de 1793, o grande Ministério que vai ser, nas mãos de Carnot, o instrumento de organização da Vitória? A estrutura básica, nós a conhecemos, é a do Decreto de 2 de fevereiro: uma Secretaria-Geral e seis Divisões. Vejamos como cada um dêsses órgãos se subdivide:

SECRETARIA-GERAL:

- a) Seção da Secretaria — verdadeiro Gabinete do Ministro;
- b) Seção do Expediente Geral;
- c) Repartição Central da Guerra — núcleo da Secretaria Geral.

1.^a Divisão:

- a) Serviço de Fundos;
- b) Serviço de Contabilidade.

2.^a Divisão:

- a) Gabinete do Chefe da Divisão;
- b) Serviço de Subsistência Militar;
- c) Serviço do fardamento e equipamento;
- d) Serviço de alojamento;
- e) Serviço das Massas dos Corpos;
- f) Serviço dos Hospitais Militares;
- g) Serviço da Remonta;
- h) Serviço do Trem;
- i) Serviço de Correspondência Militar;
- j) Protocolo.

3.^a Divisão:

- a) Serviço do Pessoal da Artilharia;
- b) Serviço das fábricas militares;
- c) Serviço do Material da Artilharia;
- d) Serviço do Armamento;
- e) Serviço do Contencioso da Artilharia;
- f) Serviço do registo do movimento de fundos para o Serviço de Artilharia e das existências de material;
- g) Protocolo;
- h) Serviço da Engenharia;
- i) Serviço das Praças-fortes.

4.^a Divisão:

- a) Serviço do Registo das Fôrças;
- b) Serviço da Polícia Militar;
- c) Serviço dos Comissários da Guerra;
- d) Inspeção Geral das Tropas;
- e) Serviço da Polícia do Exército;
- f) Serviço do Ensino Militar.

5.^a Divisão:

- a) Seção dos Oficiais Generais;
- b) Seção do Expediente;
- c) Seção dos Movimentos de Tropas;
- d) Seção da Guarda Nacional;
- e) Seção do Pessoal do Exército;
- f) Seção do Recrutamento.

6.^a Divisão:

- a) Diretoria do Expediente;
- b) Diretoria de Infantaria;
- c) Diretoria de Cavalaria;
- d) Diretoria dos Oficiais Generais e do Estado-Maior;
- e) Diretoria de Licenças e Passaportes;
- f) Diretoria dos Inválidos e Reformados;
- g) Diretoria dos pagamentos a inativos;
- h) Diretoria de expedição e registo de decretos de reforma;
- i) Diretoria das tropas coloniais;
- j) Diretoria do pessoal do Ensino e do Correio militar.

Vejamos, agora, que espécie de pessoal dirigia e guarnecia êsses órgãos, e, para começar, quem Bouchotte escolhera para seus auxiliares imediatos.

O braço direito do novo Ministro, o homem que marcará todo o Ministério de uma impressão que lhe sobreviverá e durará até Napoleão, é o novo Secretário-Geral: Vicent, um rapaz de 26 anos, filho de um carcereiro revolucionário da primeira hora, já tendo servido no Ministério como Subchefe do Pessoal no tempo de Pache.

Vicent foi para Bouchotte, como havia sido para Pache, o instrumento do expurgo do pessoal, o recrutador de patriotas. Bouchotte, oficial de tropa, não conhecia o mundo-político: Vicent, membro da Comuna insurrecional de 10 de agosto, Secretário do Club dos *Cordeliers*, era íntimo de toda a ala esquerda, e cedo iria formar com os ultra-revolucionários da facção de Hébert, que êle acompanhará ao cadafalso. Os seis Adjuntos, Chefes de Divisão, eram: na 1.^a Divisão, um irmão do Ministro, Simon Bouchotte, funcionário civil do Ministério em 1769, depois alferes de Hussardos, depois oficial intendente, para finalmente regressar à administração civil em 1792; na 2.^a, Ronsin, um dos "vencedores da Bastilha", capitão da Guarda Nacional em 1789, comissário do Conselho Executivo junto aos Exércitos, veterano de Jeunneppes, que mais tarde partiria em missão na Vendée revoltada, depois em Lyon, e devia ser decapitado no mesmo dia que Vicent; na 3.^a, o Coronel de Artilharia Claude Aubert, logo depois o General de Brigada Muller, e enfim o Tenente-Coronel de Engenharia Dupin; na 4.^a, Prosper Sijas, um antigo furriel do Regimento de Dragões do Conde de Provence (13.^o de Dragões), depois Sargento-ajudante de um batalhão da Guarda Nacional de Paris; na 5.^a, François, um magistrado, ex-senhorio do Ministro, logo substituído por Deforgues, futuro Ministro das Relações Exteriores; na 6.^a, Xavier Audouin, o o genro de Pache, Secretário-Geral na administração dêste.

E o pessoal subalterno? O que subsistia dos velhos quadros? Em que proporção se misturavam a êles os novos recrutas republicanos? E' o que vamos ver.

Em toda a Secretaria-Geral, entre 26 funcionários, um só pertencia à antiga administração. E' o chefe da Seção do Expediente, Lemierre; todos os outros são puros "*sans-culottes*" admitidos por Pache. Trêze dêles, assim mesmo, ou seja a metade, serviam anteriormente em outros Ministérios: entre os restantes, 3 antigos artistas teatrais, 2 jornalistas, um negociante. Já na 1.^a Divisão, o Chefe do Serviço de Fundos, Simonet, é um veterano do tempo de Saint-Germain, isto é, com mais de 15 anos de "Casa"; um dos seus Subchefes, Cousin, é mais antigo ainda, do tempo de

Choiseul. Um funcionário tem 30 anos de serviço, outro 24. O Chefe de Contabilidade trabalha desde 1767 nesse mesmo Serviço: dos seus 19 funcionários, um só, um ancião de 67 anos, provavelmente nomeado por caridade, era posterior à Revolução. Ao todo, dos 39 funcionários da Divisão, 36 eram do velho Quadro.

A 2.^a Divisão é mais mesclada. Entre 116 funcionários, só encontramos 8 antigos: os outros são uma curiosa mistura na qual podemos notar um escultor, três professôres de música, quatro professôres de matemática, um mineralogista dois escritores, um arquiteto, e até uma mulher, a cidadã Romme, encarregada da expedição da correspondência, provavelmente a primeira mulher a desempenhar funções administrativas em França e talvez no mundo.

Dos 45 funcionários da 3.^a Divisão, 11 são do antigo Quadro; na 4.^a, são apenas 5 antigos para 71 recém-nomeados; na 5.^a, a proporção é quase a mesma: 6 para 71; na 6.^a enfim, são 5 pré-revolucionários apenas, para 68 novos. Em suma: dos 143 funcionários vindos de Versailles, 71 haviam sido conservados, 72 demitidos e admitidos 382 novos, inclusive a cidadã Romme, prenúncio de novos tempos, ancentral direta dos milhares de servidores do belo sexo que hoje povoam nossas repartições.

Como trabalha o Ministério?

Bem entendido, o trabalho é considerável e complexo: não havendo Estado-Maior-Geral do Exército, o Ministério assegura a um tempo a Administração Militar e a direção das operações. Mas esta última responsabilidade é sobretudo a do Ministro, para quem ela representa uma tarefa esmagadora, já que êle a deve coordenar a cada passo com os trabalhos de suas repartições. Com efeito, o Ministro via-se obrigado a conhecer pessoalmente de toda a correspondência dos Exércitos em campanha, e de formular para êstes as ordens de operações decorrentes da situação estratégica e do plano geral de guerra. Por outra parte, para assegurar as providências necessárias ao bom desenrolar das operações, êle despacha diariamente com os seus Adjuntos, a fim de coordenar a ação das seis Divisões entre si e com os objetivos e necessidades dos Exércitos. Para êsse efeito, cada Divisão possui um registro das ordens do Ministro, aberto em três colunas, da primeira constando a data da ordem, da segunda o seu teor, e da terceira a data da respectiva execução, com as observações pertinentes.

O horário do expediente era, originariamente, das 9 da manhã às 2 da tarde, e depois novamente das 6 às 9 da noite, sejam 8 horas de trabalho em dois expedientes. Em tempo de guerra, a abertura do expediente passou a ser feita às 8 da manhã: mas o novo horário parece ter sido aceito com certa relutância pelos Senhores funcio-

nários, provocando reiteradas circulares do Ministro no sentido de um rigoroso encerramento do "ponto" pelos chefes de serviço. Mais tarde, porém, o horário da tarde passou a ser de 4 às 7 a fim de permitir o comparecimento dos funcionários às reuniões políticas da noite nas respectivas Seções. Em Frimário do ano II (dezembro de 1793) o chefe da 5.^a Divisão vê-se obrigado a prorrogar o expediente; mas somente as ameaças mais severas conseguirão manter nos seus postos, depois do expediente normal, o funcionalismo recalcitrante. Por outra parte, a fim de evitar que os trabalhos fôssem perturbados por pessoas estranhas ao serviço, as repartições da Guerra passaram a ser franqueadas ao público unicamente das 2 às 4 da tarde, isto é, justamente durante o intervalo entre os dois expedientes. Mais tarde, em Ventôse do ano II (março de 1794), o ingresso foi rigorosamente proibido às pessoas estranhas ao serviço, à exceção dos Membros da Convenção e agentes das autoridades constituídas. Os funcionários do Ministério deviam, ao entrar, apresentar ao porteiro um cartão de identificação impresso em pergaminho, do formato de 12 X 7,5 centímetros, com o carimbo do Ministério, a assinatura do Chefe da respectiva Divisão e do portador, o domicílio deste último e a sua descrição: idade, altura, côr dos olhos, forma das sobrancelhas, da barba, do rosto, do nariz, da boca e do queixo.

Serão cerca de 1.800, às vésperas do decreto de Germinal que extingue os Ministérios, êsses funcionários que, com relutância ou não, trabalham nove e dez horas por dia nas repartições da guerra; mas como aumentaram também as suas responsabilidades! Em janeiro de 1793, é decretada a convocação de 300.000 conscritos; em abril, as forças de terra são reorganizadas em onze Exércitos; em agosto, é a conscrição em massa, a mobilização geral, que engloba, no seu primeiro escalão, mais de 500.000 novos conscritos, e acarreta a criação de 543 novas unidades.

Desde os primeiros dias da República, o Conselho Executivo formado pelos Ministros respondia diretamente por seus atos ao *Comité de Salut Public* da Convenção; em abril de 1793 essa relação se transforma em subordinação imediata. Em maio, os Ministros passam a despachar diariamente com o Comité. Em julho, a renovação deste último pela evicção dos Dantonistas vai acarretar um fato capital: a entrada de Carnot para o Comité. Pouco a pouco êle vai se assenhorear dos negócios da guerra, sacudir a inércia burocrática. Finalmente, o Decreto de 12 de Germinal suprime o Ministério da Guerra e o substitui pela 9.^a Comissão, dita "Comissão da Organização e Movimento dos Exércitos"; na realidade, porém, as atribuições do extinto Ministério não passam integralmente à 9.^a Comissão. Esta se ocupa apenas de inspeção, instrução e movimentação das

tropas, recrutamento e recompletamento, patentes, promoções e reformas, nomeação dos comandos, assuntos de pessoal em geral nas Armas, Serviços, Polícia Militar e tropas coloniais. As outras atribuições passarão a diversas Comissões: a 1.^a Comissão (Administração Civil, Polícia e Tribunais) toma a seu cargo a remessa às tropas de jornais e publicações, primeiro reconhecimento oficial da importância dos fatores psicológicos e políticos sobre o moral dos combatentes. A 2.^a Comissão (Comércio e Abastecimento) é incumbida dos problemas de subsistência, víveres, forragem, fardamento, equipamento, estacionamento e combustível (para aquecimento e cozinha, bem entendido). A 5.^a (Obras Públicas) ocupa-se da defesa do litoral, do serviço das fortificações, engenharia e edificações militares. A 6.^a (Socorros Públicos) do Serviço de Saúde, pagamento de inativos e asilamento de inválidos. Enfim, a 11.^a Comissão (Armas, Pólvoras e Exploração das Minas) administrava o material bélico e a fabricação de armamento e munição.

Provisoriamente, porém, as repartições da Guerra vão continuar ocupando os seus antigos locais, já que, de qualquer modo, as novas Comissões só passariam a funcionar a partir de 1.^o de Floreal (20 de abril). Ainda alguns meses, os Arquivos vão continuar intactos, os serviços reunidos, somente em 20 de Fructidor do ano II (6 de setembro de 1794), aquêles dos serviços do extinto Ministério que haviam sido afetos à 9.^a Comissão vão iniciar a sua mudança, aliás feita no curto espaço de três dias, para o antigo Palacete de Rohan, sito aos números 662 e 663 da rue de Varenne, no antigo "Faubourg Saint-Germain", simplificado revolucionariamente para "Faubourg Germain"; a não confundir com o outro Palacete de Rohan, mais propriamente chamado Palacete de Clisson ou de Soubise, na rue Vieille-du-Temple.

Mas continuará a existir um laço poderoso entre os serviços dispersos entre tantas Comissões heterogêneas: será a pessoa de Carnot, a quem os órgãos legados pelo extinto Ministério permitirão planejar e levar a efeito a tarefa sobre-humana que o último Ministro da Guerra do período revolucionário propriamente dito poderá sintetizar de modo impressionante em uma repetição dirigida quase quarenta anos mais tarde ao Rei Luiz Filipe, ao resumir nos termos seguintes a sua obra e a do Organizador da Vitória:

"Quando assumi o Ministério em abril de 1793, a França estava cercada pelas tropas da Europa coligada, suas fronteiras invadidas, seus exércitos em estado de flagrante inferioridade em efetivos e em material. O trabalho do Ministério foi imenso: Êle recrutou um milhão de homens, organizou doze Exércitos, criou duzentos generais, reuniu um material proporcional a êsses efetivos. Êsses esforços permitiram mais tarde libertar as fronteiras, reto-

mar Toulon, ganhar as batalhas de Hoondschoote, de Wattignies e de Wissemburgo, forçar o inimigo a levantar o bloqueio de Maubeuge e de Landau”.

E' com essa bela fé de ofício que vai desaparecer temporariamente o Ministério da Guerra, para só reaparecer com o Diretório e a Constituição do Ano III. E, quando chegar essa hora, os homens de '93 estarão a postos para reconstituir os velhos quadros: tanto os velhos servidores do Antigo Regime, como Miot de Mérito, filho de funcionário da Secretaria da Guerra, êle próprio funcionário do Ministério desde 1775, monarquista convicto que nem por isso deixará de servir lealmente à Pátria sob a República, sem esconder os seus sentimentos, mas sabendo merecer a inteira

confiança de seus chefes, justificada pela capacidade com que, por exemplo, soube organizar o primeiro transporte rápido de tropas de infantaria, em viaturas, do Teatro de Operações do Norte para o da Vendée; como os puros *sans-culottes* do tipo de Goulhot, republicano fervente que, nomeado em 1790, vamos ainda encontrar em 1817 na mesma 5.^a Divisão, a cuja chefia será promovido pela Monarquia restaurada. Republicanos ou monarquistas, jacobinos ou moderados, ex-robepieristas ou antigos girondinos, todos êles voltarão a trabalhar lado a lado, recomporão rapidamente os quadros do Ministério, construirão e cimentarão uma unidade administrativa que não se desmentirá mais através dos tempos.